

Clon. Brand

MÁRIO AMATO

ESTADO DE SÃO PAULO 12 MAR 1994

Por que devemos colaborar



A expectativa de moralização domina toda a sociedade

A inflação prejudica todos, indistintamente. É uma falácia pensar que muito dinheiro aplicado proporciona vantagem a quem o aplica. Qualquer cálculo aritmético demonstra que, a curto, médio e longo prazos, a poupança perde para a inflação. Alguns iluminados acreditam vencer a inflação porque, na verdade, são jogadores com períodos de sorte e de azar. A inflação atinge diretamente as pessoas de poucos recursos, que vivem de salário e ordenado e são obrigadas a gastar o que ganham para se manter. Essas pessoas perdem continuamente.

Lamentavelmente, a inflação está, hoje em dia, incorporada à cultura nacional. Aquela parte da população que pode poupar um pouco que seja sobrevive como o viciado em drogas, isto é, tem momentos de euforia transitória e outros de agonia duradoura. A inflação é uma praga que afeta as pessoas financeira, moral e emocionalmente. Ela provoca a desarmonia na sociedade.

Desde o retorno da sociedade civil ao poder político do País, fomos submetidos a seis planos econômicos. Todos redundaram em rotundo fracasso. Agora, um grupo de estudiosos de comprovada capacidade profissional e de idoneidade moral (alguns, como afirmou Roberto Cam-

pos, repetentes de planos anteriores) apresenta à consideração dos brasileiros mais um plano. O sétimo. Recebido com alguma restrição porque, segundo velho axioma, gato esquentado de água fria tem medo. No entanto, a situação atual é diferente. Diríamos mesmo ser propícia à retomada do desenvolvimento nacional, que, com algum esforço e um pouco de patriotismo, poderá ser auto-sustentado.

Situamo-nos entre aqueles que acreditam na possibilidade de este sétimo plano dar certo. Por quê?

■ A inflação atingiu um nível praticamente insuportável. A sobrevivência das famílias de baixa renda é quase impossível.

■ Não há obrigatoriedade de aceitar o plano, o que significa a possibilidade de sua aceitação consciente.

■ Estamos atravessando um período de grande recessão. O nível de desemprego aumenta, mas, mesmo assim, a economia cresce, graças a inovações tecnológicas e aumento da produtividade.

■ A balança comercial apresenta saldo. Exportamos mais do que importamos.

Outros fatores muito importantes contribuem para que o atual plano dê certo. A crise moral vivida pelo Congresso Nacional sensibilizou a opinião pública. A expectativa de

moralização domina toda a sociedade. Foi aprovado o Fundo Social de Emergência (FSE), que deverá contribuir para controlar os gastos públicos, não permitindo ao governo gastar mais do que arrecada nem a gastar desordenadamente. O empresário saberá se ajustar à situação, desde que haja regras definidas de conduta e confiança no governo. Os salários não mais serão prejudicados porque, com a instituição da Unidade Real de Valor (URV), serão diariamente atualizados. O combate à sonegação deverá prosseguir, sem as ridículas ameaças de prender, processar, etc., mas por meio de acordos que permitam aos devedores pagar suas dívidas.

A sociedade terá de se mobilizar para exigir do Congresso Nacional a revisão constitucional. O sistema tributário precisa de reforma, a relação entre União, Estados municipais carece ser revista, a fim de que os repasses financeiros atualmente em vigor sejam acompanhados, como é necessário, da transferência de encargos, para que a saúde, a educação, a habitação, a segurança sejam mais bem atendidas e possam se livrar das dificuldades que hoje afligem esses setores, todos eles diretamente ligados à qualidade de vida da população.

Todos notamos a existência de uma grande corrente de opinião que gostaria de ver o fracasso de mais este plano. Seria ideal para suas pretensões políticas. Mote excelente para os discursos de palanque durante a campanha eleitoral. Do fracasso do plano também se beneficiaria o sin-

dicalismo político, muito mais preocupado com princípios ideológicos (ou com ideologia sem princípios?) que com a melhora das condições de vida dos trabalhadores. Se o plano não der certo, deixará feliz o corporativismo predominante nas empresas estatais e no serviço público em geral, regido por um sistema estatutário demagógico e irresponsável.

Os que torcem para que o Plano de Estabilização Econômica não dê certo são encontrados também entre os sonegadores contumazes de impostos, entre os empresários acostumados a subsídios privilegiados, entre os que se organizam em monopólios, oligopólios e trustes. Essa atitude contra o plano que visa estabilizar a economia do País é própria dos que se esforçam para enganar os trabalhadores, reclamando para eles sempre mais direitos sem a contrapartida dos deveres que eles têm para com a sociedade. Esquecem esses demagogos que onde há mais direitos do que deveres o trabalho fenece, não havendo trabalho não há empregos, não havendo empregos não há produção, sem produção não há consumo, sem consumo não há trabalho e sem trabalho nenhuma sociedade consegue sobreviver. Não se trata de um círculo vicioso, mas de um círculo vital. Dai o equívoco dos que, consciente ou inconscientemente, se recusam a colaborar para o êxito do Plano de Estabilização Econômica.

■ **Mário Amato, empresário, primeiro-vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), foi presidente da Fieap**